

Empresários atacam juros, impostos e crédito

Skaf diz que Brasil tem tributos de ‘país em estágio avançado e padrão de vida de país atrasado’ e Cypriano pede redução dos depósitos compulsórios

Economia - Brasil

DEBATE

Adriana Fernandes
Sheila D'amorim
BRASÍLIA

A última reunião do ano do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi mais um vez palco para críticas de empresários e representantes dos trabalhadores que integram o maior conselho do governo. Na presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um dos quatro conselheiros escolhidos para debater na reunião, o novo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, atacou a carga tributária elevada do País e alertou que o governo não pode ter medo do aumento da demanda na economia brasileira sob o risco de perder o caminho do desenvolvimento.

“Se não tivermos crescimento de demanda, não teremos investimentos. E sem investimentos não teremos crescimento”, disse Skaf num recado direto ao presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, presente na reunião. O dirigente afirmou que o Brasil tem carga tributária de “país de estágio avançado e padrão de vida de país atrasado”. “Enquanto a carga tributária é de 35,5% do PIB, o índice de desenvolvimento humano é de 0,78%.”

Ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, Skaf pediu novas medidas de cortes de impostos, para que a previsão de aumento da carga tributária este ano não se confirme. Também pediu a redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), em 9,75% ao ano desde abril passado, porque é um custo muito alto em comparação ao retorno dos investimentos no País, em torno de 7% e 8%.

O presidente da Fiesp apresentou estudo comparativo do Brasil com 43 países, que representam 93% do PIB mundial, segundo o qual o crédito no País representa



RISCO: Para Skaf, ou o governo perde o medo do aumento da demanda ou não se desenvolve

apenas 27% do PIB enquanto a média dos outros países é de 85% do PIB. “Não temos crédito”, criticou, lembrando que há 20 anos, o crédito representava 80% do PIB na economia brasileira. Segundo Skaf, as despesas com o spread retiram 3,47% do PIB do rendimento das famílias e das empresas.

O presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Márcio Cypriano, criticou os elevados porcentuais dos depósitos compulsórios fixados pelo BC e da parcela obrigatória que os bancos têm de destinar ao financiamento da habitação e da agricultura. Para Cypriano, o governo deveria ter um programa de redução progressiva dos compulsórios e do crédito direcionado.

Esses dois mecanismos, afirma, justificam os atuais spreads bancários. Ele defendeu os bancos das críticas pelos elevados lucros dos últimos anos. Cypriano disse que se “gasta muita tinta” para criticar os elevados spreads bancários. Segundo ele, a inadimplência, os custos tributários e as difi-

culdades de recuperação de crédito na Justiça são alguns fatores que justificam o atual nível de juros bancários.

O secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Vac-

cari, primeiro conselheiro a falar, atacou as margens de lucro dos bancos. O presidente da Associação Brasileira de ONGs, Sérgio Haddad, último a debater, criticou o aumento da taxa de juros.●

NA OFENSIVA

Principais críticas à política econômica

● ● **CARGA TRIBUTÁRIA:** A carga de 35,5% do PIB corresponde ao padrão de país avançado, enquanto o padrão de vida é de país atrasado.

● ● **JUROS:** A TJLP, de 9,75% ao ano, é muito alta para o retorno dos investimentos.

● ● **CRÉDITO:** Falta crédito no País. Enquanto no Brasil o total do crédito representa 27% do PIB, na média de outros países chega a 85%.

Palocci prepara medidas para reduzir o spread

Mas ministro se recusa a mexer no crédito direcionado para a agricultura e habitação

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou ontem que o governo prepara novas medidas para a redução do spread bancário, mas descartou qualquer mudança no crédito direcionado dos bancos para agricultura e habitação, sugerida pelo presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Márcio Cypriano.

Palocci argumentou que o crédito direcionado existe porque há uma decisão de proteger a habitação e a agricultura. “Eles devem permanecer porque têm sido importantes para o desenvolvimento econômico do País”, afirmou o ministro, após a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que debatou a política de crédito no País.

Segundo o ministro, as análises feitas pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre crédito direcionado serviram só para explicar os fatores que determinam o custo final dos empréstimos bancários.

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, admitiu que o go-

verno estuda a possibilidade de reduzir gradativamente a política de crédito direcionado, mas ressaltou que ainda não existe uma decisão sobre a mudança. “Nós estudamos tudo, mas ainda não temos um posicionamento fechado sobre isso”, disse.

Palocci informou que o foco das medidas será na segurança de contratos, garantia de redução do custo de controvérsias, melhoria institucional e redução tributária.

Segundo ele, essas medidas estão sendo preparadas para que o resultado seja semelhante ao obtido com o empréstimo em consignação em folha, que permitiu a redução dos juros. Ele alertou, porém, que para a redução de spread não há medidas grandes e mágicas. “O que existe é um conjunto enorme de pequenas medidas que vão fazer melhorar o crédito e o spread. Mas não vamos tirar o coelho da cartola”, disse.

Apesar da recente crise na base aliada do governo no Congresso em relação à votação de projetos de interesse do governo, o ministro demonstrou confiança de que eles serão aprovados até o final do ano. • A.F. e S.D.